

DO “NEUTRALISMO INTERESSADO” AO ASSISTENTE DE NASSER E TITO: O BRASIL E OS NÃO-ALINHADOS A PARTIR DE A TRIBUNA DA IMPRENSA (FEV/1961 – JUN/1961)¹

MATEUS JOSÉ DA SILVA SANTOS¹; CHARLES PEREIRA PENNAFORTE²

¹Universidade Federal de Pelotas – mateus_santos29@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – charlespennaforte@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na capa da edição de 7 de fevereiro de 1961, *A Tribuna da Imprensa* noticiava algumas medidas a serem empreendidas pelo então presidente Jânio Quadros no tocante à Política Externa. Anunciando o futuro reatamento das relações diplomáticas com a URSS e o possível reconhecimento da China Comunista, o texto chamaria atenção para a inserção dessas alterações dentro de uma linha de transformação na natureza da Política Externa Brasileira (PEB). Sob o signo de um “neutralismo interessado”, as medidas em questão se orientariam pelos princípios da autonomia e do universalismo. Apesar da sua singularidade enquanto tipo de inserção externa, o neutralismo brasileiro ganharia legitimidade a partir de um ato simbólico. Segundo o mesmo texto, “o Brasil fixaria sua posição de neutralidade no campo internacional em uma reunião com Nasser (do Egito), Tito (da Iugoslávia), Nehru (da Índia)” (NOVA LINHA..., 1961, p.01), além de outros atores do chamado Terceiro Mundo, em encontro que possivelmente ocorreria em Brasília no mês de março.

Meses depois, em 2 de junho de 1961, um editorial do mesmo periódico criticaria duramente os rumos da Política Externa Independente (PEI). Classificando a Política Externa de Jânio Quadros como “desastrosa” (A DESASTROSA..., 1961, p.04), o texto criticaria a ausência de transparência na construção das agendas de inserção externa do país e o desvio das tradições diplomáticas. Entre as iniciativas governamentais criticadas, a então recém-confirmada presença do Brasil na Reunião de Cúpula para a Preparação da Conferência dos Não-Alinhados, no Cairo, esteve como um dos alvos do Jornal. Na perspectiva apresentada, estaria a diplomacia brasileira cumprindo um papel secundário e submisso ao Egito e a Iugoslávia, países atacados pelo editorial por supostamente representarem um excesso de “bovarismo agudo” e o anseio por demarcar uma diferença nas relações internacionais (A DESASTROSA, 1961, p.04).

O que explicaria tais mudanças de abordagem? Esta comunicação propõe discutir os sentidos atribuídos ao movimento de aproximação cautelosa entre o Brasil e os Não-Alinhados na *Tribuna da Imprensa*. Considerando o período entre a posse de Jânio Quadros como presidente do Brasil e o início da Reunião de Cúpula dos Não-Alinhados, a hipótese a ser testada diz respeito ao reconhecimento de uma evolução gradual nas posições do Jornal, passando de um quadro inicial de relativa tolerância até alcançar um momento de exposição de críticas abertas e contundentes sobre o tema. Analisando tanto as iniciativas que aproximariam o Brasil dos países ditos Não-Alinhados quanto avaliando a PEI enquanto uma possível expressão de um Não-Alinhamento, busca-se reconhecer como o periódico carioca agiu e reagiu diante desse contexto, afirmando-se

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

enquanto um dos múltiplos atores que conformariam uma atmosfera conflituosa em torno da Política Externa.

Na Historiografia da PEB, as relações entre o Brasil e os Não-Alinhados constituíram um tema pouco explorado. Considerando os limites e as possibilidades existentes no engajamento brasileiro nessa iniciativa multilateral, José Humberto Cruz (1989) defendeu que a recusa brasileira em assumir a condição de membro efetivo do Movimento dos Não-Alinhados ocorreu diante da impossibilidade de assumir a liderança dessa iniciativa. Do ponto de vista da afirmação das mudanças na Política Externa propostas por Jânio Quadros e Afonso Arinos, um “paradoxo” marcaria a interação da PEI com o neutralismo. No choque entre uma inevitável aproximação e a busca pela demarcação de uma diferença em relação a sua inserção externa, a PEI seria encarada enquanto uma espécie de neutralismo que se rejeita enquanto tal.

Entre aproximações e distanciamentos, analisar-se-á como um periódico vinculado a um dos principais expoentes da candidatura de Jânio Quadros e, posteriormente, seu adversário político, abordaria tais movimentações, considerando as interações entre Política Externa, Diplomacia e Sociedade nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira.

2. METODOLOGIA

Para o estudo dos sentidos atribuídos ao processo de aproximação cautelosa entre o Brasil e os Não-Alinhados durante o governo Jânio Quadros, propõe-se uma abordagem cruzada entre a Nova História Política, a História da Política Externa, a História da Imprensa e a História da Experiência Democrática Brasileira no Pós-Guerra.

Enquanto um “conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos” (PINHEIRO, 2004, p.07), a Política Externa é uma das variáveis de estudo das relações internacionais, destacando-se pela compreensão do comportamento dos atores sociais e institucionais na produção dessa política pública, observando tanto o cenário doméstico quanto as características do sistema internacional. Dentro desse ponto de vista, pensado como objeto da História, o estudo da Política Externa se caracteriza pelo reconhecimento dos fatores que influenciam o comportamento dos sujeitos no sistema internacional, bem como os processos de formulação e implementação. Compreendendo a intersecção entre política externa e política interna (DUROSELLE, 2000), pensar as abordagens de *A Tribuna da Imprensa* sobre um conjunto de iniciativas do governo Jânio Quadros que visavam aproximar o Brasil, ainda que discretamente, dos países Não-Alinhados possibilita reconstituirmos parte da atmosfera político-social que caracterizou os últimos anos da Experiência Democrática Brasileira, compreendendo os mais diferentes veículos de imprensa enquanto atores de um contexto de disputa sobre os rumos da Política Externa do país.

Atribuindo a *Tribuna da Imprensa* um papel ativo dentro de um quadro de acirramento da luta política e social no Brasil, trabalha-se com o conceito de “imprensa em transição”. Pensada como um conjunto de transformações organizacionais, gráficas, técnicas, econômicas e culturais que marcariam a História da Imprensa no Brasil no Pós-Guerra, esse tipo de imprensa se notabilizou pela forte atuação política nos anos da experiência democrática, sendo reconhecida a partir da trajetória de periódicos de destaque como o jornal de Carlos Lacerda. Criada em 1949, a História de *A Tribuna da Imprensa* se confunde com a trajetória de seu mentor até pelo menos o início dos anos 1960 (LAURENZA, 2012), atuando de forma significativa nos contextos de crise e

conflito. Conforme Rafael Sales Rosa, o comportamento do jornal em relação à PEI se desenvolveria numa gradativa evolução entre um “apoio irrestrito” e uma “oposição militante” (2017, p.65), considerando os dois primeiros anos de sua existência. Um movimento semelhante, com algumas ressalvas, pode ser visto com relação às iniciativas envolvendo as relações entre o Brasil e alguns dos Estados ditos Não-Alinhados.

Na tensão entre o apoio político a Jânio Quadros e as inquietações acerca de suas principais iniciativas sobre a Política Externa, reconhecer a relevância das agendas de aproximação entre o Brasil e os Não-Alinhados a partir do jornal carioca possibilita rediscutir a interação dos mais diferentes atores institucionais e sociais com temas das relações exteriores nos anos que antecederam ao golpe de 1964. Diante de múltiplos procedimentos que envolvem a produção dos discursos e de seu caráter enquanto mediador da relação entre “o homem e sua realidade natural e social” (ORLANDI, 2012, p. 15), periódicos como *A Tribuna da Imprensa* se comportariam como agentes domésticos e, ao mesmo tempo, forças centrípetas de perspectivas mais conservadoras sobre a Política Externa que gradualmente ocupariam maior espaço no periódico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, ainda em andamento, se notabilizou nos últimos meses por um intenso processo de leitura e seleção dos textos sobre Política Externa nas edições do jornal de Carlos Lacerda, cobrindo inicialmente o período entre fevereiro e junho de 1961. De forma específica, buscou-se reunir separadamente os textos que, direta ou indiretamente, informavam e opinavam acerca das movimentações da diplomacia brasileira na direção do Egito e da Iugoslávia. A partir desse esforço, foi possível encontrar aproximadamente 40 textos, entre artigos de opinião, editoriais, reportagens e notícias que, de forma direta ou indireta, repercutiam aspectos desse complexo movimento de aproximação.

Considerando o interesse do periódico em abordar tanto a natureza da PEI a partir dos referenciais do Não-Alinhamento no Terceiro Mundo quanto por apresentar aspectos relativos ao movimento de aproximação do Brasil com alguns de seus principais expoentes, incluindo Tito e Nasser, um, entre muitos outros temas, merecem destaque a partir de nossa investigação.

Do ponto de vista da discussão sobre a natureza da PEI, algumas das principais tentativas de diagnóstico sobre a Política Externa, realizadas ao longo do recorte em questão, demonstraram uma evolução entre um processo de relativa aceitação de um neutralismo à brasileira e uma condenação mais explícita desse tipo de proposta. Além da já referida menção ao chamado “neutralismo interessado” e seu exercício desde os primeiros dias do mandato do novo presidente, um texto de origem da agência *France Press* em 6 de março de 1961 chamaria atenção para a compatibilidade entre a proposta neutralista de Jânio Quadros e os compromissos internacionais do Brasil com o chamado “Mundo Livre”. Entre as muitas considerações sobre o tema, chama atenção a sugestão feita sobre a relação entre Política Externa e a Política Interna do Brasil. Destacando o que considera como um ponto de vista de “observadores políticos” estadunidenses, algumas das principais iniciativas do governo Jânio Quadros até então foram lidas como formas de “satisfazer um setor da opinião pública brasileira do que a uma tentativa de aproximação com as potências comunistas” (NEUTRALISMO..., 1961, p. 06). Sem propor uma oposição entre neutralismo e democracia, exercício comum aos setores que se opuseram as mudanças radicais na inserção internacional do Brasil, a notícia de *A Tribuna* atribuiria à PEI um caráter instrumental e sedutor, aspecto que foi compartilhado por outros

atores contemporâneos e extemporâneos. Destacando um olhar situado no então centro hegemônico do capitalismo, a leitura apresentada sobre a Política Externa de Jânio assume uma linha afirmativa, aparentemente tolerada dentro e fora do país.

Contudo, o mesmo texto daria espaço ao contraditório. Diferentemente da citação indireta feita aos ditos observadores estadunidenses, outros parágrafos da mesma notícia apresentariam diretamente um trecho de um editorial do periódico chileno *Mercúrio*, criticando os rumos da PEB. Se para a referência em Washington, o neutralismo à brasileira não constituiria uma ameaça frente às posições do país na arquitetura política internacional, para a voz chilena as movimentações da diplomacia brasileira, em especial, impulsionadas pelo Chefe de Estado, representariam uma marginalização da “diplomacia interamericana, baseada na permanente consulta a Washington” (NEUTRALISMO..., 1961, p.06), com consequências para o relacionamento do país com todo o continente.

No descompasso entre a possibilidade de uma inserção autônoma dentro de um arranjo geopolítico vinculado à dinâmica da Guerra Fria e a desestruturação da atuação internacional do país, especialmente no contexto hemisférico, o texto destacado evidencia algumas das incertezas existentes, a partir das edições da *Tribuna da Imprensa*, sobre o presente e o futuro da PEB.

4. CONCLUSÕES

No jogo entre esperança e frustração, a Política Externa constituiu uma das dimensões mais controversas do governo Jânio Quadros, refletindo de diferentes modos entre os mais diversos atores da cena política e social brasileira em 1961. A pesquisa em curso reforça a necessidade de pensar o tema para além dos muros do Itamaraty, considerando o processo de construção de sentidos sobre as iniciativas governamentais para as relações exteriores, as disputas públicas sobre o presente e o futuro da PEB, além do papel político e social da imprensa nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DESASTROSA política internacional do Brasil. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 2458, 2 jun. 1961, p.4.

CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964). **Cadernos do IPRI**, Brasília, n.2, p.65-78, 1989.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ªEd. São Paulo: Contexto, 2012

NEUTRALISMO não vai afetar a democracia. **Tribuna da Imprensa**, 6 mar. 1961, p.6.

NOVA LINHA do Itamaraty: em março o reatamento com URSS. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 2365, 7 fev. 1961, p.1.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ROSA, Rafael Sales. **Diplomacia sob disputa: A política externa independente nas páginas da Tribuna da Imprensa e d'O Estado de S. Paulo (1961-1962)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.